



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1004664-18.2017.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Multas e demais Sanções**
 Requerente: **Sergio Alves Barbosa**
 Requerido: **Departamento Estadual de Transito de São Paulo - Detran**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de Ação Anulatória de Ato Administrativo, com pedido de tutela antecipada, proposta por **SÉRGIO ALVES BARBOSA**, contra o **DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO – DETRAN**, na qual pretende que se declare nulo o procedimento administrativo de número 902/2015, que culminou na penalidade de suspensão do seu direito de dirigir por 24 meses e na obrigação de frequentar o curso de reciclagem, pois seus recursos foram indeferidos por decisões em que constavam apenas o resultado, sem que houvesse a devida motivação. Subsidiariamente, pretende a revisão da penalidade por entender que, quanto ao período definido de suspensão, não foi observada a razoabilidade e a proporcionalidade.

A tutela antecipada foi indeferida, a fls. 34.

Citado, o Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo – DETRAN/SP apresentou contestação (fls. 42/51). Arguiu, preliminarmente, ilegitimidade passiva, tendo em vista que o auto de infração que deu origem ao processo de suspensão foi aplicado pelo DER, a quem cabe responder por eventual vício na autuação. No mérito, alega que o processo administrativo foi regular.

Réplica às fls. 55/61.

Diante das alegações de falta de motivação das decisões administrativas, o requerido foi intimado para encaminhar cópia integral do processo administrativo em questão no, prazo de 15 dias, mas o prazo decorreu, sem qualquer manifestação.

É o relatório.

Passo a fundamentar e decidir.

Deixo de acolher a preliminar de ilegitimidade passiva arguida pelo DETRAN. Isso porque, como órgão responsável pela suspensão do direito de dirigir, é parte legítima para figurar no polo passivo da presente demanda.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

O pedido merece acolhimento.

O autor pretende a declaração de nulidades das decisões proferidas no processo administrativo de suspensão de CNH sob o número 902/2015, por ofensa ao princípio da motivação. Sustenta, ainda, a nulidade da decisão que apreciou seu recurso, por ausência de fundamentação.

Inicialmente, cumpre observar que o controle do Judiciário sobre os atos administrativos, em regra, é limitado à análise da legalidade ou não do ato, sendo vedado o pronunciamento a respeito do mérito administrativo.

Dito isso, no presente caso, analisaremos se o procedimento administrativo instaurado em face do impetrante respeitou o princípio da legalidade.

Pois bem, o procedimento administrativo para fins de aplicação de suspensão do direito de dirigir é um meio de apuração de falta grave do condutor do veículo.

Nessa linha, o artigo 265, do Código de Trânsito Brasileiro dispõe:

“As penalidades de suspensão do direito de dirigir e de cassação do documento de habilitação serão aplicadas por decisão fundamentada da autoridade de trânsito competente, em processo administrativo, assegurado ao infrator amplo direito de defesa”.

Como se vê, a decisão da autoridade administrativa deve ser devidamente fundamentada, não se admitindo a aplicação da penalidade sem justificativa. Observando a decisão ora impugnada, acostada as fls. 25 e 33, verifica-se apenas “RESULTADO: *INDEFERIDO*” e “RESULTADO: MANTIDA A PENALIDADE”.

Em contra-partida, o DETRAN-SP, mesmo após intimação para juntar aos autos o processo administrativo em questão, permaneceu inerte, deixando, assim, de produzir provas quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.

De fato, a falta de motivação da decisão é patente.

Nesse contexto, importante destacar a lição de Celso Antônio Bandeira de Mello (Curso de Direito Administrativo, 20ª edição, ano 2006, página 100):

“Dito princípio implica para a Administração o dever de justificar seus atos, apontando-lhes os fundamentos de direito e de fato, assim como a correlação lógica entre os eventos e situações que deu por existentes e a providência tomada, nos casos em que este último esclarecimento seja necessário para aferir-se a consonância da conduta administrativa com a lei que lhe servir de arrimo. A motivação deve ser prévia ou contemporânea à expedição do ato. (...) De outra parte, não haveria como assegurar confiavelmente o contraste judicial eficaz das condutas administrativas com os princípios da legalidade, da finalidade, da razoabilidade e da



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

proporcionalidade se não fosse contemporaneamente a elas conhecidos e explicados os motivos que permitiriam reconhecer seu afinamento ou desafinamento com aqueles mesmos princípios. Assim, o administrado, para insurgir-se ou para ter elementos de insurgência contra atos que o afetem pessoalmente, necessita conhecer as razões de tais atos na ocasião em que são expedidos. (...) Assim, atos administrativos praticados sem tempestiva e suficiente motivação são ilegítimos e invalidáveis pelo Poder Judiciário toda vez que sua fundamentação tardia, apresentada apenas depois de impugnados em juízo, não possa oferecer segurança e certeza de que os motivos aduzidos efetivamente existiam ou foram aqueles que embasaram a providência contestada.”

Assim, constatada a ausência de motivação no indeferimento da defesa do requerente, a qual é assegurada aos litigantes em geral, seja em processo judicial ou administrativo, de rigor seja determinada a anulação do ato ora impugnado.

Ante o exposto, julgo o processo com resolução do mérito e **PROCEDENTE** o pedido, para o fim de declarar nula a decisão que impôs a penalidade de suspensão do direito de dirigir do autor e a obrigação de frequentar curso de reciclagem, aplicadas no processo administrativo n. 902/2015, anulando-se as penalidades dela advindas.

Sem verbas sucumbenciais (art. 27 da Lei nº 12.153/09 c/c art. 55 da Lei nº 9.099/95).

Cumpra-se na forma e sob as penas da lei, servindo esta decisão como **OFÍCIO**, cuja entrega à CIRETRAN deverá ser providenciada pela parte autora, a título de colaboração com o Juízo, em vista do crescente aumento do número de ações sobre a mesma questão e o exíguo quadro de servidores.

P I

São Carlos, 20 de setembro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**